

LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE DA “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”

MARCELLA WIFFLER STEFANINI*

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Campinas, SP, Brasil.

Recebido em: 28 abr. 2025. Aceito em: 15 out. 2025.

Como citar este artigo: STEFANINI, M. W. Linguagem e construção de identidade: reflexões sobre a identidade da “pessoa com deficiência”. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 3, p. 207-225, set./dez. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n3p207-225

Resumo

Neste artigo, partimos da discussão sobre identidade na pós-modernidade para propor reflexões em torno da identidade da “pessoa com deficiência”, em especial a partir de Davis (2006). Para isso, apresentamos o conceito de “normalidade”, que surge na modernidade, e a noção de “corpo normal”, que estabeleceria uma oposição com a ideia de deficiência. Propomos também uma reflexão acerca da importância da linguagem na construção da identidade e, dado o recorte escolhido, analisamos os termos “cego” e “cegueira”, assim como o próprio termo pessoa com “deficiência visual”, no intuito de defender a ideia de que a linguagem é um fator determinante na perpetuação de estereótipos identitários.

* E-mail: marcella.wiffler@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-6715-0420>

Palavras-chave

Identidade. Linguagem. Deficiência.

INTRODUÇÃO

Stuart Hall entende que o sujeito pós-moderno é fragmentado e que sua identidade não é fixa, estável ou permanente, mas sim “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13).

Alinhado a esse pensamento, Silva (2000) comprehende a identidade como o resultado de um constante processo de produção simbólica e discursiva, de modo que sua construção está sujeita a vetores de força e relações de poder. Conforme explica, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (Silva, 2000, p. 81). Ainda segundo o autor, “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (Silva, 2000, p. 79), ou seja, a identidade se constrói a partir do outro, do diferente.

Com base em ambos os autores, pode-se entender que, antes das teorias pós-modernas, as identidades eram todas determinadas pelos grupos dominantes, localizados no polo mais forte das relações de poder, que definiam a identidade das minorias a partir da diferença. Sobre isso, Silva (2000, p. 83) explica que “a força homogeneizadora da identidade ‘normal’ é diretamente proporcional à sua invisibilidade”, no sentido de que não se verifica um esforço dos grupos dominantes em construir a própria identidade sem negar o pertencimento à identidade do outro. É só a partir da pós-modernidade que os grupos minoritários passam a construir as próprias identidades. Contudo, essa construção ainda se baseia na oposição aos grupos dominantes e o princípio da negação da identidade de outrem, mantendo alguns binarismos, como “mulher *versus* homem”, “homossexual/bissexual *versus* heterossexual”, “preto *versus* branco”, entre outros.

Com vistas a promover uma mudança nesse paradigma, Lennard J. Davis (2006) propõe o que chama de “desmodernismo” (*dismodernism*), uma teoria que investiga as identidades a partir do que todos os seres humanos têm em

comum: as limitações do corpo. Nesse sentido, acredita que “os estudos sobre deficiência podem promover uma crítica a políticas para discutir como todos os grupos, baseados em traços e marcas físicas, são selecionados por um sistema maior de regulação e significação”¹ (Davis, 2006, p. 240), de forma que as identidades sejam construídas não a partir da diferença, mas sim a partir do que todos têm em comum.

Desmodernismo (*Dismodernism*)

Segundo Davis (2006), as “pessoas com deficiências físicas” correspondem a uma categoria política relativamente nova, que ganhou destaque nos Estados Unidos a partir da década de 1970, com o retorno dos soldados que lutaram na Guerra do Vietnã (1955-1975). Até então, havia uma tendência à negação da deficiência e, consequentemente, buscavam-se meios de “normalizar” o diferente, ou seja, “enquadrar” o diferente na norma.

Ainda de acordo com o autor (2006), as pessoas com deficiência faziam parte de uma “minoria”, assim como as mulheres, os homossexuais e a população negra, e se viam privadas de seus direitos civis em função de uma “maioria” dominante, algo que só começa a mudar, em termos de legislação, com a Declaração dos Direitos Humanos, em 1959, também em um contexto de pós-guerra.

As teorias pós-modernas propõem uma quebra na hegemonia existente até então, pois entendem que a identidade transcende o corpo físico, e é uma construção social e uma performance, e não mais uma entidade predeterminada e estanque (Hall, 2006). Insistir em ignorar isso e restringir a identidade a características meramente físicas é, na perspectiva de Davis (2006), um reducionismo.

O autor destaca como exemplo a eugenia (termo criado por Sir Francis Galton em 1883), que, embasada nas teorias evolucionistas, consistiu no estudo de como os agentes sociais poderiam, supostamente, aprimorar ou empobrecer suas características humanas, fossem elas físicas ou mentais. Apesar de tradicionalmente associado ao nazismo, Davis (2013) ressalta que não foi só na Alemanha que o ideal do “bem nascido” ganhou força, tendo conquistado

¹ Todas as traduções não referenciadas são de autoria própria.

também adeptos na Inglaterra e nos Estados Unidos, o que demonstra a influência que essa ideologia de exclusão do diferente – determinado por uma “maioria” dominante – teve nos séculos XIX e XX.

Segundo Davis (2006), algumas décadas mais tarde, o Projeto Genoma, cujo objetivo foi desvendar a genética humana, possibilitou a desconstrução de uma série de postulados desse período – como a noção de “raça” –, uma vez que provou a inexistência de fatores genéticos que determinem as características raciais, e rompeu com o binarismo entre homem (XY) e mulher (XX), ao identificar a existência de outras possibilidades genéticas, como a Síndrome de Turner (quando a pessoa nasce com apenas um cromossomo X) e a Síndrome de Klinefelter (quando a pessoa nasce com dois cromossomos X e um Y). Além disso, o Projeto ainda não foi capaz de determinar o suposto “gene gay”, que muitos acreditavam existir no período da eugenia.

Para o autor, o que o Projeto conseguiu provar é que “nenhum gene determina o curso da vida humana” (Davis, 2006, p. 235). A partir dessa reflexão, ele propõe uma nova ética do corpo, uma ética que comece pela deficiência. Davis (2006) entende que a pós-modernidade, apesar de reconhecer a fluidez do sujeito e de sua identidade, ainda está baseada em um modelo dominante (homem, branco, hétero e de classe alta), a partir do qual se constroem as demais identidades, chamadas minoritárias, propondo, por isso, o que chama de “desmodernismo”, sendo a “pessoa com deficiência” seu modelo².

O “desmodernismo” proposto por Davis tem como objetivo criar uma nova categoria, baseada em um sujeito parcial e incompleto, cuja realização não é a autonomia, como é a do sujeito pós-moderno, mas justamente a dependência, por entender que todos os seres humanos são, de alguma forma, “pessoas com deficiência” e que nosso corpo só se completa com as variadas tecnologias e intervenções que a ele adicionamos. Segundo o autor, “o que é universal na vida, se é que há universais, é a experiência das limitações do corpo” (Davis, 2006, p. 241).

Contudo, Davis (2013) destaca que algumas limitações acabam se destacando em relação a outras, não em função da limitação em si, mas por conta da falta de acessibilidade. Desse modo, uma pessoa que precisa usar óculos, por exemplo, não é encarada como uma “pessoa com deficiência”, pois tem

² Usaremos o termo “pessoa com deficiência” entre aspas a fim de marcar que, apesar de ser a terminologia oficial, adotada nas esferas acadêmica e jurídica, por exemplo, é um termo que reflete uma valoração negativa e, portanto, deve ser repensado, como pretendemos discutir no texto.

acesso a esse recurso, diferentemente de uma pessoa cega, a qual, em diversas situações do cotidiano, lhe falta acessibilidade. O autor argumenta que “o ‘problema’ não é a pessoa com deficiência; o problema é o modo como a normalidade é construída para criar o ‘problema’ da pessoa com deficiência” (Davis, 2013, p. 1).

É o que podemos inferir do trabalho de campo realizado por alunos da disciplina de Antropologia do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). O trabalho etnográfico foi realizado em um abrigo para “pessoas com deficiência visual” na cidade de Ribeirão Preto e relata que:

Quando falam das atividades que conseguem realizar sozinhos, os moradores do lar sempre colocam que ‘não tem importância eu ser cego, porque eu consigo fazer’, ou ‘nessa hora não importa que eu não enxergo’, ou seja, não sentem-se [sic] limitados pois podem realizar a tarefa. Já quando por falta de instrução adequada ou das adaptações necessárias não conseguem realizar tarefas que muitas vezes consideramos banais (como retirar dinheiro sozinhos de um caixa eletrônico ou andar alguns quarteirões sem um guia), relatam com tristeza que ‘não conseguem ser cem por cento’ ou não se sentem ‘completos’ (Morellato; Ferreira, 2012, p. 9).

Desse relato, podemos inferir que os ideais de normalidade e deficiência são social e culturalmente construídos, em especial pela falta de acessibilidade às limitações do corpo. Além disso, não se pode ignorar que são as relações de poder que determinam o que é “normal” e o que é “diferente” e que, consequentemente, são elas que definem quais recursos de acessibilidade devem ser priorizados, proporcionando-os de acordo com esse ideal de “normalidade”.

O ideal de normalidade

Segundo Aranha (2001), há poucos textos escritos sobre o tratamento conferido às “pessoas com deficiência” na Antiguidade. O que se sabe é que, em Esparta, aqueles considerados imaturos, fracos ou “defeituosos” eram mortos ao nascer, ao passo que, no Império Romano, as crianças nascidas com deformidade eram “descartadas” em esgotos localizados, ironicamente, no lado externo do Templo da Piedade.

Entretanto, a autora destaca a importância de se entender a dinâmica social da época para poder se analisar por que se dispensava esse tipo de

tratamento às “pessoas com deficiência”. Conforme ela explica, a sociedade na Antiguidade era dividida em duas classes: os nobres e os serviçais. A vida dos serviçais como um todo “só tinha algum valor enquanto valorada pela nobreza, em função da utilidade que tivesse para a realização de seus desejos e a satisfação de suas necessidades” (Aranha, 2001, p. 2). Dessa forma, muitos serviçais morreram para a construção de grandes monumentos, como as célebres pirâmides do Egito, ou em lutas de defesa e de conquista, muito comuns em Esparta, terra dos grandes guerreiros.

Considerando isso, Aranha (2001) conclui que o tratamento conferido ao deficiente não diferia muito daquele dado aos serviçais, cuja vida só tinha valor em função da sua utilidade. Essa lógica só vai mudar com o surgimento do cristianismo, quando todos passam a ser considerados filhos de Deus. Apesar disso, o que se observa nos poucos registros sobre o tema é que cada comunidade tratava de modo diferente as “pessoas com deficiência”. Algumas passaram a entender a deficiência como uma punição de Deus e por isso desprezavam as “pessoas com deficiência”, enquanto outras defendiam uma convivência amigável, pregavam a caridade e o amor ao próximo. Entretanto, nesse período a noção de “normalidade” ainda não existia.

Conforme explica Davis (2013), essa ideia surge apenas no século XVIII, com o processo de industrialização. Até então, a palavra “normal” era empregada no sentido de “perpendicular”, e é somente por volta de 1840 que ela passa a ser utilizada com o sentido de “conformar-se com, não se desviar ou ser diferente de, do tipo comum ou padrão, regular, usual” (Davis, 2013, p. 3).

No que diz respeito ao corpo, até então, prevalecia a noção de corpo ideal, vinculado aos deuses e que, dessa forma, não poderia ser alcançado por nenhum ser humano. Era esse ideal de corpo que inspirava os artistas em suas obras, os quais, para alcançá-lo, lançavam mão de diversos modelos, uma vez que nenhum humano possuía todos os traços de um corpo ideal.

Contudo, no século XVIII, o paradigma do corpo ideal é substituído pelo do corpo “normal”. Segundo Davis (2013), Adolphe Quetelet foi quem mais contribuiu para a noção de “normalidade” corporal. Para ele, o homem normal seria *l'homme moyen* (homem médio/average man), tanto física quanto moralmente. Dessa forma, com o conceito de “normal”, surge a noção de norma e de desvio. O conceito de norma, por sua vez, implica que a maioria da população deve, de alguma forma, fazer parte dessa norma – nesse sentido, a estatística contribuiu muito para o desenvolvimento da ideia de “normalidade”.

A deficiência, portanto, passa a ser encarada como um desvio à norma, ou seja, como o diferente.

Ainda de acordo com Davis (2013), alguns estatísticos, como o já citado Sir Francis Galton, propuseram um *ranking* das características humanas, utilizando métodos como o quociente de inteligência (QI), considerando aqueles que se encontrassem nas extremidades “fora do padrão”. Essa nova forma de se pensar o ser humano está intimamente relacionada com a noção de progresso advinda da industrialização, razão pela qual a ideia de “normalidade” surge apenas nesse período.

Como destaca Davis (2013), não foi apenas para o desenvolvimento da eugenio que esses ideais serviram de base. A própria psicanálise parte do princípio da (a)normalidade, e é uma ciência amplamente difundida até os dias de hoje. Ele também chama a atenção para o constante uso de metáforas relacionadas a deficiências e exemplifica com alguns trechos de novelas de Joseph Conrad, dentre os quais se destacam expressões como “crença cega”, “se tornou cego(a) para o certo e o errado”, “imóvel como um surdo”, “não havia nada de aleijado nele”, entre outras.

Tais expressões, de uso corrente não só no senso comum, demonstram como a linguagem é fator determinante para a perpetração dessas construções identitárias, fazendo com que reflexões identitárias perpassem também reflexões linguísticas.

Linguagem e identidade da “pessoa com deficiência”

De acordo com Silva (2000), identidade e diferença, como construções sociais e culturais, são também constituídas e reforçadas linguisticamente. Signorini (1998), ao refletir sobre a subjetividade na pós-modernidade, conclui acerca da “noção do si como uma ‘construção social’ que ‘emerge’ das práticas discursivas em que se envolve o falante” (Signorini, 1998, p. 363) e entende o sujeito pós-moderno como “um sujeito que se constitui entre linguagens, ou seja, no/pelo trançado de múltiplas e heterogêneas formas de linguagem” (Signorini, 1998, p. 336).

A autora ainda recorre a Serres (1990) para analisar a subjetividade em um contexto marcado por “lugares de passagem e da comunicação”. Segundo ela, o autor se vale do mito de Hermes para tratar dos limites e aderências

entre o corpo e a linguagem, e, nessa medida, entender o sujeito como um ser em construção, cuja identidade, produzida nas ações comunicativas, é plural e provisória.

É nesse contexto que Frank e Conceição (2021, p. 14) defendem que o estudo rigoroso da identidade envolve a análise das ações de linguagem em situações de comunicação social. Podemos inferir, assim, que as práticas sociais, em particular aquelas que se dão por meio da linguagem, são as principais responsáveis por instaurar o fluxo da identidade. Na perspectiva dos estudos sobre deficiência, Ellen L. Barton (2001, p. 170) entende a terminologia como o aspecto crucial da linguagem que contribui para a concepção da deficiência.

Para aprofundar nossa reflexão a respeito desse tema, propomos como recorte a análise dos termos “cego” e “cegueira”. Georgina Kleege (2006) explica que, durante muitos anos, a cegueira foi estudada e definida por videntes (pessoas sem deficiência visual) e cita os exemplos de Descartes e Diderot. Segundo a autora, no livro *La Dioptrique* (1637), Descartes aborda questões relativas à cegueira enquanto homem vidente e defende a tese de que a visão seria uma extensão ou uma forma hipersensitiva do tato. Um dos argumentos apresentados pelo autor seria a capacidade de a bengala que guia o cego não só dimensionar distâncias, mas também detectar a densidade e a resistência dos objetos, características que, segundo o filósofo, a visão seria capaz de perceber como extensão do tato.

Marilena Chauí (1995) também chama a atenção para o fato de muitos filósofos clássicos e modernos, como Platão, Aristóteles, Berkeley, além do próprio Descartes, considerarem o tato como o sentido por meio do qual todos os demais se manifestam, incluindo a visão. De acordo com a autora, esses filósofos propuseram estudos da visão a partir do tato por acreditarem que seria necessário se deixar *tocar* pela luz, pelo som, pelo odor e pelo saber para perceber e conhecer algo. Em contrapartida, filósofos como Santo Agostinho e Giordano Bruno defendiam a visão como o sentido preponderante, “o mais apto para o conhecimento” ou “o mais espiritual dos sentidos”.

Levando essa tese ao extremo, Kleege (2006) recorda que, no livro *Lettre sur les aveugles à l'usage de ceux qui voient* (1749), Diderot sugere que o sofrimento se constrói pelo sentido da visão. Refletindo sobre a situação hipotética de que um cego não seria capaz de perceber que alguém ao seu lado sangra – uma vez que essa percepção se daria apenas pelo sentido da visão –, o autor entende que o cego experiencia o sofrimento alheio de maneira mais amenizada

que o vidente. Contudo, ao postular tal constatação, o autor desconsiderou outros fatores, como o fato de que, ao sangrar e sofrer, dificilmente alguém permaneceria em silêncio e provavelmente emitiria algum som perceptível ao cego.

Anos mais tarde, testemunhou-se uma profusão de relatos de escritores cegos, o que demonstrou a urgência desse grupo em desconstruir muitas dessas interpretações e representar as próprias experiências da cegueira. Nesse sentido, relatos como os de Thérèse-Adèle Husson e Helen Keller³ permitem concluir que o vidente deposita um valor exagerado na visão. Além disso, é importante ressaltar que a experiência da cegueira é muito variada. A maioria dos cegos adquire a cegueira ao longo da vida, de modo que, para essa parcela, ainda há uma memória visual, e em muitos casos, a cegueira não é total, havendo um resquício de visão, o que torna a experiência (e a construção da identidade desses sujeitos) completamente diferente.

É nesse sentido que Kleege (2006) questiona: é possível uma oposição binária entre visão e cegueira? Existe uma visão total em oposição a uma cegueira total? Esse binarismo, que é característico da necessidade social de classificar, incluir e excluir, é o que a pós-modernidade pretende desconstruir, ao propor que essa classificação não é fechada, sendo impossível delimitar duas oposições estanques e classificar os sujeitos a partir delas. Para Silva (2000, p. 83), “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Entender que as identidades se constroem a partir das relações de poder, nas quais o lado mais forte determina a identidade dos demais, no caso, o sujeito “normal” estabelece o que seria o “não ser normal” ou o “ser deficiente”, é, segundo Silva, a chave para romper com os binarismos e determinar uma nova forma de se entender a identidade.

Analizando agora a terminologia utilizada para se referir à cegueira, David Bolt (2005) discute os termos *blindness* (cegueira) e *visual impairment*⁴, e defende esse último a fim de reduzir o dano psicológico que termos pejorativos, como a própria palavra “cegueira”, podem ocasionar. O autor explica que a palavra *blindness* deriva de uma palavra indo-europeia (*blandana*)⁵ que significa confusão e obscuridade. Contudo, Bolt esclarece que o termo foi

³ Em *Réflexions sur l'état physique et moral des aveugles* (1825) e em *The world I live in* (1910), respectivamente.

⁴ Problematizaremos a tradução desse termo no decorrer da nossa reflexão.

⁵ Blandana (to blend, make murky; to mix, mingle) – blindaz – blind.

associado à deficiência visual porque os videntes a entendem como ausência de luz, portanto, escuridão. Ressalta, dessa forma, que a escolha não parte da real experiência da pessoa com “deficiência visual”, mas sim de como aqueles que não experienciam a deficiência a concebem. Nesse sentido, o termo não tem relação alguma com a deficiência visual em si, mas com o modo como os videntes a imaginam. Para reforçar isso, o autor discute os significados para a palavra *blind* (cego) encontrados na *Encarta World English Dictionary* (1999).

Das 13 entradas, apenas uma descreve o *visual impairment* de fato. Das demais, uma faz referência ao mito no qual Sansão, enraivecido, fez cair ao chão um templo inabitado, dando origem aos termos *blind rage* (raiva cega) e *blind fear* (medo cego); e outra é um termo utilizado na botânica – o qual alude ao mito de Édipo – para descrever plantas cujo crescimento foi interrompido. As dez entradas restantes possuem conotação negativa. Por exemplo, uma pessoa se torna cega (*is rendered blind*) para as consequências das suas ações se é incapaz de ou não quer entender algo; ou manifesta um preconceito cego (*blind prejudice*) quando adota uma atitude baseada não em fatos, mas na própria deliberação; ainda, é dominada por um estupor cego (*blind stupor*) quando perde consciência, dentre outras expressões.

Resultado semelhante se observa ao pesquisar as palavras “cego” e “cegueira” no dicionário *on-line Aulete da Língua Portuguesa*:

Quadro 1 – Verbete da palavra “cego”

(ce.go)

1. Privado da visão; organicamente incapaz de ver
 2. Restr. Med. Diz-se de pessoa que não tem mais de 10% da visão normal em cada olho, mesmo usando lentes corretivas para deficiências de refração
 3. Fig. Sem fio ou gume (faca cega); BOTO; EMBOTADO; ROMBO; ROMBUDO [Antôn.: afiado.]
 4. Fig. Difícil ou impossível de desatar (nó cego).
 5. Fig. Que interfere no bom senso, impede a reflexão (amor cego).
 6. Fig. Sem discernimento, sem capacidade de refletir, em razão de emoção intensa [+ de, por: Cego de/pelo ciúme.]
 7. Fig. Em que não há questionamento ou dúvida; incondicional, absoluto (submissão cega).
 8. Fig. Indiferente, insensível; que não consegue ou não se dispõe a perceber, a dar atenção ou consideração a algo [+ a, para: Cego às/para as injustiças.]
 9. Pessoa privada da visão, ou que a tem muitíssimo reduzida ou deficiente.
- [F: Do lat. *caecus*. Hom./Par.: *cego* (a.sm.), *cego* (fl. de *cegar*), *sego* (fl. de *segar*); *cega* (fem.), *sega* (fl. de *segar*), *sega* /ê/ (sf.). Ideia de ‘cego’: *tifl(o)-* (*tiflografia*). Col.: *cegada*.]

Fonte: Cego ([s.d.]).

Quadro 2 – Verbete da palavra “cegueira”

(ce.guei.ra)

sf.

1. Oft. Condição de quem é cego; incapacidade orgânica de ver, de enxergar, com um olho ou ambos os olhos; privação do sentido da visão; TIFLOSE
 2. Pext. Estado de quem não consegue ver; incapacidade momentânea de enxergar ou de usar os olhos para ver
 3. Fig. Falta de percepção ou de apreensão da realidade, do significado das coisas ou acontecimentos; obcecação
 4. Fig. Falta ou perda de bom senso, de lucidez, ou da capacidade de raciocinar, esp. devido a sentimento ou emoção intensos; obcecação: *Na sua cegueira não reconhece a culpa da filha.*
 5. Fig. Paixão ou afeto intenso
 6. Fig. Fanatismo, apego (a algo ou alguém) que beira a insanidade
- [F: *cego* + *-eira*.]

Cegueira diurna

1. Oft. Deficiência visual à luz intensa; hemeralopia.

Cegueira noturna

1. Oft. Deficiência visual à noite ou em ambiente escuro; nictalopia.

Cegueira verbal

1. Neur. Incapacidade patológica de interpretar a palavra escrita; alexia.

Fonte: Cegueira ([s.d.]).

Constata-se que grande parte das entradas para as palavras “cego” ou “cegueira” possui um sentido figurado, e, dentre essas, todas possuem uma conotação negativa que remete à ideia de confusão (mental) que o termo *blind* também sugere. Pensando no termo latino que originou a palavra “cego”, segundo o dicionário latim-português de Francisco Alves (1910), *caecus* pode significar: “cego, que perdeu a vista. Obscuro, negro, tenebroso. Oculto, secreto. Incerto, duvidoso. Ofuscado, deslumbrado”. O dicionário latim-inglês de Charlton T. Lewis e Charles Short (1892) apresenta a seguinte tradução para o termo *caecus*: “que não pode ser visto, ou conhecido; invisível, oculto, escondido, secreto, obscuro, escuro”.

Sobre os sentidos que as palavras “cego” e “cegueira” alcançam, Marilena Chauí (1995) chama a atenção para uma série de expressões que utilizamos em nosso dia a dia e que estão relacionadas a essa ideia de ausência de visão como algo negativo:

Se pretendemos assegurar que algo é efetivamente verdadeiro, dizemos ser evidente e sem sombra de dúvida, porém não indagamos porque teríamos feito a verdade equivalente à visão perfeita – já que não pensamos com os olhos – nem por que teríamos associado dúvida e sombra, associação que transparece quando enfatizamos nossa certeza com um ‘mais é claro’ (Chauí, 1995, p. 31).

Adauto Novaes (1995) destaca que essa relação remonta ao ideal de ciência proposto por Platão no mito da caverna. Para o filósofo grego, o homem precisa empreender uma “operação do olhar” despojada dos sentidos para ser capaz de alcançar a essência, a certeza, e chegar a conceitos universais – o que demonstra, mais uma vez, como alguns filósofos sobrevalorizavam o sentido da visão. Conforme explica De Paula (2009), o mito da caverna relata o momento em que

o homem que consegue abandonar as sombras (domínio das coisas sensíveis) e ter com a luz que vem de fora da caverna (domínio das ideias) teria realizado a passagem do senso comum como visão de mundo para a explicação da realidade a partir do conhecimento filosófico, superando sua condição de ignorância (De Paula, 2009, p. 493).

Dessa forma, Platão relaciona as sombras (ausência de luz/cegueira) à ignorância e ao reino do sensível, e a luz (visão) ao conhecimento e ao reino da razão.

Além de exemplificar como muitos videntes tendem a supervalorizar a visão, esse pensamento acaba endossando muitos preconceitos e estigmas em torno da “pessoa com deficiência”. Alguns deles foram identificados por Fernandes e Denari (2017), ao analisarem diversas mídias audiovisuais *on-line* e denunciarem o uso de termos depreciativos, como “ceguinho” para se referir à pessoa com “deficiência visual”. As autoras também chamam a atenção para a forma como essas pessoas lidam com os preconceitos e estigmas: enquanto uns fazem piadas irônicas, outros dizem não se importarem mais com os comentários preconceituosos.

Com o objetivo de definir a terminologia mais adequada, Bolt (2005) discute os termos *disability* (deficiência) e *impairment*. Segundo o autor, o termo *visual disability* seria mais apropriado que *blindness* justamente por quebrar a suposta homogeneidade que o termo “cegueira” pode sugerir, abarcando qualquer pessoa que apresente alguma restrição visual. Entretanto,

reconhece que a palavra *disability* é produto do que chama de ideologia capacetista (*ableist ideology*) – discriminação e preconceito social contra “pessoas com deficiência” – e, nesse sentido, possui uma valoração negativa. O termo *impairment*, no entanto, parece não ter essa conotação negativa, como se pode observar ao contrastar os verbetes do *Cambridge Dictionary* para ambos os termos:

Quadro 3 – Verbete da palavra “disability”

disability

noun UK /dɪs·ə·bɪl·ə·ti/ US /dɪs·ə·bɪl·ə·tɪ/ plural disabilities

an illness, injury, or condition that makes it difficult for someone to do the things that other people do, and that is usually permanent or lasts for a long time

Fonte: Disability ([s.d.]).

Quadro 4 – Verbete da palavra “impairment”

impairment

noun UK /ɪm'peə.mənt/ US /ɪm'per.mənt/ [no plural]

medical specialized deterioration in the functioning of a body part, organ, or system that can be temporary or permanent and can result from injury or disease

Fonte: Impairment ([s.d.]).

A definição de *disability* deixa explícito que se trata de uma condição que implica a dificuldade em realizar certas atividades que “outras pessoas”, isto é, as consideradas “normais” fazem. A definição de *impairment*, por sua vez, começa destacando que se trata de um termo técnico da medicina e, embora possa parecer semelhante a *disability*, não vincula a condição a uma consequência negativa. Davis (2006) chama a atenção para essa distinção entre os dois termos: *disability* remete a uma noção socialmente construída, enquanto *impairment* se refere à condição física, cognitiva, genética etc. em si. Na língua portuguesa, ambos os termos costumam ser traduzidos como “deficiência”, mas a definição de “deficiência”, reproduzida abaixo, nos leva a concluir que se trata de um termo mais adequado para traduzir *disability* do que *impairment*.

Quadro 5 – Verbete da palavra “deficiência”

(defi.ci:ên.ci:a)

sf.

1. Carência, falta, insuficiência: *A deficiência de vitaminas causa doenças.*
 2. Med. Insuficiência de um órgão no exercício de suas funções (deficiência auditiva/visual); DÉFICIT
 3. Psiq. Insuficiência de função intelectual (deficiência mental); DÉFICIT
 4. Falha, defeito: *O apagão resultou de uma deficiência na central elétrica.* [Antôn.: abundância, fartura.]
- [F: Do lat. *deficiens*, *ae*.]

Fonte: Deficiência ([s.d.]).

Além de não fazer a distinção apontada por Davis (2006), a palavra em português traz a ideia de carência e insuficiência, portanto, é vinculada a uma valoração negativa, que entende o deficiente como alguém que não consegue realizar as atividades por si só, e, em função dessa insuficiência, precisa da ajuda de outras pessoas. Nesse tocante, Bolt (2005) argumenta que a terminologia que nega a construção social da deficiência, frequentemente, tem uma construção patriarcal, a qual entende a “pessoa com deficiência” como alguém que precisa de cuidados, como é o caso de *disability* e deficiência.

É importante destacar que, para ambos os autores, a principal diferença entre os termos *disability* e *impairment* reside na valoração (social e cultural) negativa que o primeiro carrega e o segundo, não. No entanto, etimologicamente, a palavra *impair* deriva do francês *empeirier* (no Francês Antigo / *empirer*, no Francês Moderno) e do latim vulgar *impeiorare*⁶, que significam “tornar-se pior, agravar-se”⁷, e cuja tradução literal em português seria “empiorar”. Não podemos dizer que, no português brasileiro, as palavras “empiorar” ou “empioramento”⁸ não tenham valoração negativa. Pelo contrário, elas indicam um processo em que algo ou alguém se tornou pior ou uma situação ou condição se agravou. Diferentemente da palavra em inglês, que se refere especificamente a uma questão física.

⁶ Etimologia disponível em: <https://www.etymonline.com/word/impair>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁷ Tradução de “devenir pire, s’aggraver”. Definição do dicionário Larousse *on-line*, disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/empirer/28937>. Acesso em: 15 abr. 2025.

⁸ Definição disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lemma&lemma=173072>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Isso indica que o termo *impairment* não se traduz nem por “deficiência” nem por “empioramento”, dada a diferença no significado entre os três termos. Além disso, ao considerar a origem etimológica das palavras, nota-se que *impairment*, derivada de *empeirier* ou *impeiorare*, significava “tornar-se pior” ou “agravar-se” – algo próximo de “empioramento” em português. Com o tempo, porém, o termo passou a assumir o sentido que hoje se encontra nos dicionários, associado a uma linguagem técnica e especializada para designar uma condição física. Tal constatação reforça o caráter social e cultural da linguagem e o problema em torno da tradução literal. Mesmo a palavra *desability*, cuja tradução como “deficiência” não parece ser contestada, seria, em tradução literal para o português, “inabilidade”, a qual não costuma ser usada no contexto em análise.

Ainda a respeito dessa discussão terminológica, Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020) problematizam o termo “pessoas com deficiência”, que parece ser o mais usado no Brasil, visto ser o termo jurídico elegido para dispor sobre os direitos desse grupo de pessoas – a exemplo da própria Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).

As autoras, embasadas em Barnes, Oliver e Barton (2002), analisam o termo *impairment* como alternativa ao termo “deficiência”. De acordo com elas, uma tradução possível, e já utilizada, para *impairment* nesse contexto seria “impedimento”. Conforme argumentam, *impairment* é usado para se referir a alguma lesão, que qualquer pessoa pode apresentar ou desenvolver ao longo da vida. Nesse sentido, Barnes, em entrevista a Diniz (2013), menciona acreditar que o termo *disability* implica um problema pessoal, enquanto *impairment* engloba um problema social. Sua defesa gira em torno da ideia de *impairment* como uma lesão adquirida em decorrência de um problema social. Para ele, todas as lesões, sejam elas físicas ou mentais, são resultantes de conjunturas sociais, como pobreza, violência, poluição, envelhecimento etc.

Davis (2006) e Bolt (2005), em contrapartida, adotam o termo *impairment* sob o viés do impedimento, e não da lesão. O primeiro entende que todas as pessoas têm algum tipo de impedimento decorrente de alguma “lesão”, contudo, apenas aquelas sem os recursos de acessibilidade enfrentam deficiências. De forma semelhante, o segundo defende que é a falta de acessibilidade que torna o sujeito uma “pessoa com deficiência” e não a “lesão” em si. Nesse sentido, pode-se entender que a deficiência (*disability*) não é uma condição física ou mental, mas sim um conceito socialmente construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi provocar algumas reflexões acerca da construção da identidade, recorrendo ao *desmodernismo* de Davis (2006) para concentrar nossa análise na construção da identidade da “pessoa com deficiência”. Nossa percurso começa com uma retomada histórica de como a noção de “normalidade” – e de seu contraponto “deficiência” – surge e se consolida social e culturalmente, permitindo-nos constatar que a definição do que é “normal” se estabelece a partir da perspectiva de um grupo de pessoas que se consideram como tal e entendem os diferentes como “deficientes” em alguma medida.

Em meio a essa reflexão, entendemos que a linguagem acaba desempenhando um papel primordial na reafirmação desses preconceitos, influencian- do diretamente a forma como as identidades são construídas. Nesse sentido, ao analisarmos os termos usados para se referir à “pessoa com deficiência”, e mais especificamente à pessoa com “deficiência visual”, percebemos que as palavras “cegueira” e “cego” refletem o modo como as pessoas videntes entendem a experiência desse sentido, reproduzindo preconceitos e estereótipos. A palavra “deficiência” (e o termo “pessoa com deficiência”), amplamente usada nas mais variadas esferas – incluindo a jurídica – parece surgir como alternativa, mas logo notamos que ela também reflete uma valoração cultural e social negativa, pois, como pudemos verificar no verbete da palavra, denota uma insuficiência da pessoa.

Conforme reforça Silva (2000), a escolha desses termos sempre parte dos grupos dominantes e, como insiste o autor, nunca é inocente ao implicar a construção de uma identidade negativa e desvalorizada, com base em sistemas de significação e representação cultural (Hall, 2006) enviesados. É por esse motivo que Davis (2006) e Bolt (2005) defendem o termo em inglês *impairment*, cuja tradução mais adequada seria, segundo Nepomuceno, Assis e Carvalho-Freitas (2020), “impedimento”. Os autores argumentam que esse termo, diferente de “deficiência”, engloba um problema social, isto é, a falta de acessibilidade, enquanto “deficiência” denota uma valoração social e cultural negativa.

Language and identity construction: reflections on the identity of “people with disabilities”

Abstract

In this article, we start with a discussion on identity in postmodernity to propose reflections on the identity of “people with disabilities”, especially based on Davis (2006). To this end, we present the concept of “normality”, which emerged in modernity, and the notion of “normal body”, which would establish an opposition with the idea of disability. We also propose a reflection on the importance of language in the construction of identity and, given the chosen scope, we analyze the terms “blind” and “blindness”, as well as people with visual “disability”, to defend the idea that language is a determining factor in the perpetuation of identity stereotypes.

Keywords

Identity. Language. Impairment.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, DF, ano IX, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARTON, E. L. Textual practices of erasure: representations of disability and the founding of the United Way. In: WILSON, J.; LEWIECKI-WILSON, C. (ed.). *Embodying rhetorics: disability in language and culture*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001. p. 169-199.

BOLT, D. From blindness to visual impairment: terminological typology and the social model of disability. *Disability & Society*, v. 20, n. 5, p. 539-552, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/09687590500156246>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania / Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CEGO. *Dicionário Aulete Digital*, [s.d.]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/cego>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CEGUEIRA. *Dicionário Aulete Digital*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cegueira>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CHAUÍ, M. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, A. (ed.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31-64.

DAVIS, L. J. The end of identity politics and the beginning of dismodernism: on disability as an unstable category. In: DAVIS, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 2. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2006. p. 231-242.

DAVIS, L. J. Introduction: normality, power, and culture. In: DAVIS, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 4. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2013. p. 1-14.

DE PAULA, A. P. P. Ser ou não ser, eis a questão: a crítica aprisionada na caverna de Platão. *Cadernos ABRAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000300007>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DICCIONARIO latim-portuguez: etymologico, prosodico e orthographico. 2. ed. corr. e augm. Lisboa; Rio de Janeiro: A Editora: Francisco Alves, 1910.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – Entrevista com Colin Barnes. *Revista SER Social*, v. 15, n. 32, p. 237–251, 2013. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13043. Acesso em: 15 abr. 2025.

DISABILITY. *Cambridge Dictionary*, [s.d.]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/disability>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FERNANDES, A. P. C. S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 26, n. 50, p. 77-89, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2017.v26.n50.p77-89>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FRANK, H.; CONCEIÇÃO, M. P. Identidade em Linguística Aplicada: em direção a uma sistematização conceitual. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 21, n. 1, p. 11-31, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210102-8519>. Acesso em: 14 abr. 2025.

HALL, S. A identidade em questão. In: HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 7-22.

IMPAIRMENT. *Cambridge Dictionary*, [s.d.]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/impairment>. Acesso em: 14 abr. 2025.

KLEEGE, G. Blindness and visual culture: an eyewitness account. In: DAVIES, L. J. (ed.). *The disability studies reader*. 2. ed. Routledge: Nova York; Londres, 2006. p. 391-398.

LEWIS, C. T. *A new Latin dictionary*: founded on the translation of Freund's Latin-German lexicon. Coautoria de Charles Short; edição de E. A. Andrews. Nova York; Oxford: Harper; Clarendon, 1892.

MORELLATO, A.; FERREIRA, F. C. B. Ser, sentir-se e viver com a cegueira e a estigmatização. *Ponto Urbe*, v. 11, p. 1-16, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1092>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NEPOMUCENO, M. F.; ASSIS, R. M.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Apropriação do termo “Pessoas com Deficiência”. *Revista Educação Especial (UFSM)*, v. 33, p. 1-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X43112>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NOVAES, A. De olhos vendados. In: NOVAES, A. (ed.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-20.

SERRES, M. *Hermes*: uma filosofia das ciências. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SIGNORINI, I. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. 4. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.